



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST9 Segurança, Defesa e Forças Armadas

MEMÓRIAS DA GUERRA COLONIAL: ALIANÇAS SECRETAS E MAPAS IMAGINADOS

ROSA, Celso Braga

Licenciado em Antropologia

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

celsorosa@ces.uc.pt

MENESES, Maria Paula

Doutorada em Antropologia

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

menesesp@ces.uc.pt

MARTINS, Bruno Sena

Doutorado em Sociologia

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

bsenamartins@ces.uc.pt

Resumo

A Guerra Colonial Portuguesa permanece um assunto pouco estudado no que diz respeito às suas implicações sociais e geoestratégicas mais vastas. Esta comunicação pretende trazer à discussão os resultados preliminares de um projeto em curso sobre o *Exercício Alcora*. Esta aliança secreta, estabelecida entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia em 1970, pretendia lutar contra o crescimento de movimentos independentistas africanos, por forma a preservar uma soberania “branca” na África Austral. A Guerra Colonial, para além de constituir um momento fundador da realidade sociopolítica do Portugal contemporâneo, foi crucial para as independências das suas antigas colónias em África, tendo tido, igualmente, sérias repercussões nos longos conflitos que lhe sucederam (as guerras civis). Desta forma, uma compreensão detalhada da Guerra Colonial Portuguesa ganha relevância numa aproximação crítica à construção de memórias nacionais em todos os países envolvidos. É fundamental compreender-se as raízes das crises sociais e políticas atuais nos países africanos que conquistaram a independência, bem como reconhecer como segredos de tal importância alcançaram os dias de hoje imaculados. Explorando linhas de pesquisa sugeridas pelo *Exercício Alcora*, a Guerra Colonial será vista como parte de um conflito regional – luta contra as independências na África Austral –, e como parte de um conflito global – o que alguns consideram ter sido um subsistema da Guerra Fria na África Austral.

Abstract

Portuguese Colonial War remains a little researched topic regarding its broader social and geostrategic implications. This paper seeks to discuss the preliminary results of an ongoing project about the *Alcora Exercise*. This secret alliance, established between Portugal, South Africa and Rhodesia in 1970, aimed to fight against African nationalist movements, to preserve the “white” sovereignty in Southern Africa. Colonial War, besides constituting a founding moment of the sociopolitical reality of present day Portugal, was crucial to independencies of its former African colonies, having, likewise, repercussions in the lasting conflicts that followed (the so called civil wars). Thus, a thorough understanding of Portuguese Colonial War gains relevance in a critical approach to the construction of national memories in all countries involved. It is crucial to understand the roots of present day social and political crisis in liberated African colonies, as well as to recognize how such important secrets reached present days untold. Exploring research lines suggested by *Alcora Exercise*, Colonial War will be seen as part of a regional conflict – fight against black independencies in Southern Africa –, and as part of a global one – what some consider having been a Cold War subsystem in Southern Africa.

Palavras-chave: Exercício ALCORA; Lutas de Libertação; Guerra Colonial Portuguesa; África Austral

Keywords: ALCORA Exercise; Independency Struggle; Portuguese Colonial War; Southern Africa

PAP0656

1. O nascimento do Exercício *Alcora*

O passado permanece um local de disputa onde o presente procura encontrar justificações. Este artigo centra-se na análise de alguns dos acontecimentos políticos na África Austral menos conhecidos que chegaram até aos dias de hoje pela mão de fontes históricas – tanto escritas como orais – que foram preservadas até hoje e reveladas recentemente. Em conjunto, irão derramar uma nova luz sobre pactos políticos e militares concertados pelos regimes minoritários brancos em África e sobre as suas tentativas de desafiar os ventos de mudança dos nacionalismos africanos após 1960. Debruçar-se-á especificamente sobre os impactos políticos da aliança militar – *Exercício Alcora* –¹ entre a Rodésia racista, Portugal fascista,² e a África do Sul do *apartheid*. São nossas intenções: 1) dar conta da ascensão e queda do *Exercício Alcora*³ e, paralelamente, 2) de como este esteve na génese do surgimento de episódios regionais de violência que se prolongaram no tempo até um período muito recente.

Muitos dos problemas resultantes de eventos formalmente considerados como descontentamento civil (ou guerra civil) na África Austral – de acordo com descobertas feitas em arquivos e sua consequente análise –, são reflexo de opções políticas que envolveram diversos atores hoje virtualmente esquecidos. Qual a necessidade de constituição do *Alcora*? Quem beneficiou dele? Qual a necessidade de uma aliança branca na África Austral em 1970? Estes documentos recentemente descobertos acrescentam novos e significativos dados para a história da África Austral. Levando em consideração as narrativas sobre as guerras como construções de significados – em simbiose com as memórias, num processo infiltrado por valores e relações de poder que dominam contextos sociais específicos –, o projeto de investigação presentemente em curso pretende preencher os espaços deixados vazios o mais exaustivamente possível, recorrendo para esse efeito tanto a documentos como a narrativas pessoais, tanto a fontes bibliográficas como a gravações antigas. Porque “as memórias não são nunca simples registos do passado mas reconstruções interpretativas que comportam o selo de convenções narrativas locais, pressuposições culturais, formações e práticas discursivas, e contextos sociais de rememoração e comemoração” (Antze and Lambek, 1996: vii) este projeto leva em consideração todas as fontes disponíveis para a reconstrução desse momento, comum para vários países e experienciado por povos distintos com aspirações diversas. Procurámos então explorar as implicações do *Alcora* recorrendo a uma combinação de informações de arquivo, média e entrevistas com pessoal militar envolvido direta ou indiretamente com esta aliança. Esta combinação de fontes revelou-se de extrema utilidade para a documentação e interpretação quer da natureza desta aliança quer dos seus intricados meandros, para a uma melhor compreensão da complexa equação que está na raiz dos contextos sociopolíticos atuais dos países da África Austral.

Três foram os países envolvidos na assinatura desta aliança em 1970: África do Sul, Portugal e Rodésia. E todos partilhavam um interesse na defesa da África Austral, como pode ser auferido pelas suas pretensões de a manterem sob um controlo branco. Mas quem era o inimigo? A verdade é que estes três aliados se viam a si mesmos como os defensores da última fronteira da civilização ocidental num continente que sucumbia ao comunismo,⁴ podendo nós então assinalar o seu inimigo comum como sendo os movimentos nacionalistas africanos, tidos como a ponta de lança local da ameaça comunista.⁵ Porém, ao mesmo tempo que nutriam interesses comuns, os regimes aliados de minoria branca na África Austral acalentavam cada um os seus próprios objetivos internos e propósitos velados.

1.1 África do Sul

As raízes desta aliança na política da África do Sul (para quem esta questão era de importância vital) podem ser encontradas em finais do século XIX, quando ricos depósitos de ouro e diamantes foram descobertos em várias regiões daquele país. Subitamente, de uma região que a coroa britânica considerava sem qualquer valor para o império – e fonte de constantes conflitos com os locais, e destes com os bóeres – as possessões sul-africanas adquiriram uma importância vital. Milhares de agricultores britânicos obtiveram fundos de Londres para se deslocarem para a África do Sul, povoando-a e contribuindo para a manutenção do domínio britânico na região. E a partir deste momento, como Meredith (2007, pp. 9) sublinha com clareza, “o que se seguiu foi uma luta titânica combatida pelos britânicos para ganhar a supremacia em toda a África Austral, e

pelos bóeres para preservar a independência das suas repúblicas”. Num curto espaço de tempo esta região adquiriu demasiada importância para ser perdida, e dois homens viriam a personificar esta disputa: Cecil Rhodes⁶ pelo lado britânico e Paul Kruger pelos bóeres. Alfred Milner – Alto-Comissário britânico na África Austral e principal arquiteto da guerra Anglo-Bóer de 1899-1902 –, fazendo uso da imensa riqueza de Cecil Rhodes, levou a que políticos e jornalistas em Londres caíssem na tentação do que ele defendia: “ganhar o grande jogo pelo controlo político na África do Sul” (Meredith, 2007, pp. 10). Posto isto – por forma a introduzir as fundações para o projeto político sul-africano –, deveremos ter presente que em finais de 1960 a África do Sul era uma economia em ascensão. A sua riqueza, supremacia e influência operava não apenas na região sul do continente africano mas a nível mundial, dada a sua produção diamantífera, de ouro e outros minérios, e também a sua posição estratégica no controlo das rotas comerciais marítimas pelo Cabo da Boa Esperança.⁷ Para mais, no que diz respeito a avanços tecnológicos, a África do Sul possuía uma indústria florescente e tinha mesmo em curso o seu próprio programa nuclear.⁸ Isto significa que a África do Sul arriscaria imenso ao enfrentar a onda independentista que descia do norte do continente. E para piorar este cenário, politicamente a África do Sul assentava sob um sistema racista e altamente inflamável denominado de *apartheid*, que sendo já de si mesmo dificilmente defensável e justificável, era ainda uma fonte contante de críticas internacionais e de conflitos internos.⁹

Podemos assim ter uma melhor perspetiva sobre a importância que tinha o *Exercício Alcora* para a África do Sul. Em grande medida este permitir-lhe-ia partilhar as suas responsabilidades sobre a manutenção de um projeto político branco para a região e, mais importante, como alerta Davies (1989, pp. 107), através dele a África do Sul seria

Capaz de confiar na existência de um anel de ‘estados tampão’ sob administração colonial para garantir que as crescentes lutas de libertação na África Austral permanecessem confinadas em larga medida a regiões distantes das suas próprias fronteiras, e que os territórios regionais continuassem ao serviço do capitalismo sul-africano como reservas de mão-de-obra, mercados, e fornecedores de serviços específicos tais como o transporte.

Levando em consideração o *Relatório Final* da Comissão para a Verdade e Reconciliação,¹⁰ a estratégia da Força de Defesa da África do Sul (SADF) era manter as linhas de defesa o mais longe possível da fronteira da África do Sul. Deste modo, ter o apoio de Portugal e da Rodésia na luta contra a ameaça mais a norte afigurava-se bastante mais vantajoso e sensato do que ter de lidar com conflitos internos. Mas isto, naturalmente, tornou-se do conhecimento dos líderes dos movimentos independentistas, como Agostinho Neto.¹¹ Num texto escrito em 1969 intitulado “Angola: O Povo em Revolução”, Neto argumentava que para os racistas sul-africanos o desenvolvimento da guerra em Angola e a sua influência no Sudoeste Africano¹² era motivo de grandes preocupações, e que em várias ocasiões os sul-africanos tinham já declarado que as suas fronteiras deveriam ser defendidas em Angola e em Moçambique, dado o receio que tinham que esses países estivessem a servir como base a patriotas sul-africanos, da Rodésia e do Sudoeste Africano.¹³

Em 1971, no seguimento de um incidente envolvendo minas anticarro e dois veículos sul-africanos em Caprivi, o Primeiro-Ministro da África do Sul declarava que esta “reserva-se o direito de perseguir os elementos das guerrilhas para onde quer que fugissem”.¹⁴ Para além de possibilitar que a África do Sul conduzisse perseguições transfronteiriças, esta aliança revelou-se de interesse para o país na medida em que também lhe veio permitir conduzir testes e experiências fora das suas próprias fronteiras – nomeadamente em território rodesiano –, para o seu programa de armamento químico e bacteriológico em desenvolvimento sob o nome de código *Operation Coast*. Como denunciava o ativista anti-*apartheid* holandês Klaas de Jonge, a 21 de Julho de 1970 vários “engenhos malignos” e operações de envenenamento foram alegadamente levadas a cabo na Rodésia sob a rubrica *Operação Alcora*.¹⁵

1.2 Portugal

Após o primeiro ataque de um movimento nacionalista à administração colonial portuguesa, em inícios de 1961 em Angola, a manutenção e o controlo sobre as colónias africanas tornou-se elemento fundamental para Portugal. As suas possessões africanas eram fonte de matérias-primas a serem usadas pela indústria na

metrópole (materiais adquiridos a preços controlados estabelecidos pelas autoridades portuguesas), mercados para o escoamento de bens produzidos em Portugal e, facto que frequentemente passa despercebido, Angola e Moçambique eram duas importantes colónias de povoamento que Portugal tinha, onde residia uma elevada percentagem da população portuguesa.¹⁶ Era então intenção portuguesa – e forte resolução – fazer destas colónias em África as suas joias da coroa, dada a enorme necessidade que delas tinha para relançar a economia na metrópole, não estando, assim, na disposição de abdicar delas em prol de quaisquer movimentos nacionalistas. Ao mesmo tempo, isto acontecia sob uma vaga crescendo de críticas por parte das Nações Unidas no que respeitava a manutenção de colónias em África pela administração portuguesa, numa época em que países em África ascendiam finalmente à autodeterminação, existiram ainda colónias no continente não mais era aceitável.¹⁷ Isto conduziu inevitavelmente a uma escassez de materiais de guerra disponíveis para Portugal e para as suas intenções de reter o controlo sobre as suas possessões africanas. Em 1963, dois anos após os conflitos terem começado na colónia portuguesa de Angola, Salazar¹⁸ escrevia uma carta a Verwoerd – Primeiro-Ministro sul-africano – enfatizando o papel desempenhado por Portugal para a defesa da civilização ocidental na África Austral, referindo que todas as formas de cooperação com Portugal seriam extremamente bem-vindas. A porta era desta forma deixada entreaberta. Também Franco Nogueira – Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à época da Declaração Unilateral de Independência (UDI) pela Rodésia, em 1965 –, questionando-se sobre se deveria ou não apoiar Ian Smith, afrontando dessa forma a sua velha aliada Grã-Bretanha, acabaria por concluir que os portugueses não poderiam esperar nada de Inglaterra mas, ao contrário, caso a Rodésia sobrevivesse poderiam sempre ganhar algo: 250.000 aliados brancos na África Austral.¹⁹ Isto não deixa quaisquer dúvidas sobre os interesses e estratégias do regime português, buscando alianças que o ajudassem na manutenção das suas posições no continente africano. Porém, ao longo da administração de Salazar as relações com a África do Sul foram marcadas por uma extrema prudência e cuidado. De facto a África do Sul era o regime do *apartheid*, com o qual Portugal não tinha quaisquer intenções de se tornar publicamente associado.

No entanto, em Março de 1967 uma nota do General Câmara Pina – Chefe do Estado-Maior General do Exército Português – é enviada para as autoridades sul-africanas ressaltando as necessidades que Portugal sentia na defesa dos seus territórios africanos: necessidade de artigos militares, veículos blindados, veículos de transporte, granadas e minas, conjuntos de rádio e medicamentos.²⁰ Manter conflitos abertos em três cenários de guerra em África²¹ era esforço demasiado para um pequeno país empobrecido como Portugal. Era monumental o esforço financeiro feito apenas para transportar homens e equipamentos para os cenários de guerra, e em finais dos anos 60 a metrópole encontrava-se já esvaziada de fundos e recrutas para enviar para as suas guerras pela manutenção das colónias em África.²² Esta nota do General Câmara Pina demonstra, deste modo, a existência de uma aliança informal ativa, apesar da prudência portuguesa acerca da sua associação pública com a África do Sul. Em 1968, quando Salazar foi substituído na Presidência do Conselho por Marcello Caetano, os sectores mais iluminados do regime tinham já compreendido que se as guerras em África não fossem travadas a curto prazo o próprio regime estaria comprometido.²³ Mas apesar de Marcello Caetano publicamente afirmar que as suas intenções respeitantes às Províncias Ultramarinas²⁴ iam no sentido de uma autonomia progressiva,²⁵ documentos recentemente desarquivados sobre o *Alcora* revelam que o que fazia era precisamente o oposto. Caetano tinha a sua decisão tomada e, mesmo face à impossibilidade de assegurar por si mesmo a manutenção das Províncias Ultramarinas, as suas opções em relação a África eram claramente militares. Mas como as poderia efetivar? Aqui reside a importância do *Exercício Alcora* para Portugal. Este permitia-lhe conseguir equipamento, treino e fundos, permitindo-lhe ainda para além desses a condução de ações conjuntas com tropas melhor preparadas e melhor equipadas.²⁶ Uma colaboração informal com a África do Sul²⁷ estava já ativa desde meados dos anos 50 contra uma suposta presença comunista no continente, mas o que se pode inferir da análise de fontes primárias – como o *Plano de Defesa para a África Austral, 1970* –²⁸ é que a assinatura desta aliança veio reconfigurar todo o contexto no qual se baseava o projeto político branco. Desta forma, no respeitante às razões portuguesas durante a administração de Marcello Caetano para se juntar a esta “aliança profana”, como se refere a ela Onslow (2009, pp 2), podemos argumentar ter-se tratado de procurar uma vitória a todo o custo, mesmo através de um pacto com o regime do *apartheid*. Sendo a África do Sul na altura o único país numa posição de dar um apoio que possibilitasse a inversão do cenário de guerra, oferecia também um modelo de solução

política capaz de ganhar votos no chamado mundo livre: a necessidade de erigir um bastião branco na África Austral para impedir que o continente caísse na órbita soviética, à data bastante poderosa e totalmente engajada com os movimentos africanos de libertação por todo o continente.²⁹ Este argumento, dado o cenário da Guerra Fria, esperava-se que conquistasse algum apoio do ocidente.

1.3 Rodésia

Quanto à Rodésia, debatia-se com movimentos independentistas desde 1960,³⁰ com a formação do Partido Nacional Democrático (NDP).³¹ Em 1961 o Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul – Sir Edgar Whitehead – banuiu o NDP sob a acusação de que este era o responsável pela agitação civil que se sentia. Os nacionalistas reagiram criando a União dos Povos Africanos do Zimbabwe (ZAPU) sob a direção de Joshua Nkomo. Pela primeira vez o nome Zimbabwe predominaria. Mais tarde, em 1962-63, o surto de violência que eclodiu foi infinitamente pior, com bombas de combustível, apedrejamentos e violência de massas nas principais cidades.³² A 16 de Dezembro de 1962 Edgar Whitehead resignou após derrota eleitoral pela Frente Rodesiana (RF), que defendia a independência da Grã-Bretanha. No ano seguinte – após também a ZAPU ter sido banida – nasce a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) sob a presidência de Ndabaningi Sithole,³³ e um grande fosso começa a ser escavado entre os dois movimentos nacionalistas. Em Abril de 1964 Ian Smith ascende ao poder da Frente Rodesiana, e deu seguimento aos seus propósitos de uma Declaração Unilateral de Independência, tendo mesmo declarado publicamente a 17 desse mês que “[...] não haveria qualquer administração nacionalista enquanto fosse vivo”.³⁴ Em Agosto desse mesmo ano a Frente Rodesiana declarou o estado de emergência em Salisbúria e banuiu igualmente a ZANU. Alguns nacionalistas africanos foram detidos mas outros conseguem escapar para a Zâmbia, mantendo a partir daí contactos com os que tinham ficado detidos por Ian Smith. A instabilidade e violência continuaram, e em Novembro de 1965 o Governo declarou o estado nacional de emergência. Após terem sido conhecidas as intenções da Grã-Bretanha para com as suas possessões africanas, a população branca na Rodésia começaram a ficar cada vez mais receosas com a possibilidade de descolonização – e consequente administração nativa –, e que esta trouxesse o caos como aconteceu aquando da independência do Congo do domínio belga. Assim, a 11 de Novembro de 1965 – cinco dias após ter sido declarado o estado nacional de emergência –, Ian Smith e a Frente Rodesiana proclamaram por fim a Declaração Unilateral de Independência do domínio britânico. Enfrentando desta forma o Império Britânico, a Rodésia torna-se a partir desse momento um país pária e sem reconhecimento dos seus pares. Isto comportou uma série de novos problemas. Por exemplo, teve de passar a lidar desde finais de 1965 em diante com um embargo comercial sancionado pelas Nações Unidas, que o deixa sem aprovisionamento de combustível, bens de necessidade primária, alimentos e equipamento com que enfrentar as guerrilhas nacionalistas. Em 1967 a África do Sul – apercebendo-se a importância de prestar apoio a um regime branco vizinho que poderia vir a integrar o seu próprio projeto político para a África Austral – deu início a um plano de cooperação em matéria de segurança com a Rodésia, enviando para ali apoio militar e policial para ajudar Smith no seu combate às guerrilhas, que nesta altura se tinham já aliado com guerrilhas sul-africanas do ANC. Também combustível, armamento e outros bens começaram a ser fornecidos pela África do Sul, uma vez que esta última sofria das Nações Unidas sanções similares às rodesianas dado o seu sistema de *apartheid* e a sua resiliência pela manutenção de um projeto político branco para a África Austral.

Acordos com Portugal tornaram-se também um assunto urgente para a Rodésia, pois necessitava de um acesso aberto para o oceano e a melhor via era através da colônia portuguesa de Moçambique. A este respeito, é de ter em conta que quando passou a declaração das Nações Unidas decretando um embargo à Rodésia, Portugal, identificando no regime rodesiano de Ian Smith um aliado de peso para as suas pretensões ultramarinas, recorreu a impossibilidades jurídicas sobre as consequências de um embargo a países do interior, e à impossibilidade legal de negar a estes países um livre acesso ao mar, para justificar a manutenção de linhas de caminho-de-ferro abertas que ligassem a Rodésia ao oceano Índico através de Moçambique.³⁵

Em 1969, contra recomendações dos próprios Serviços Secretos Rodesianos (CIO), a nova Constituição do país foi aprovada. Nesta, as intenções iam claramente no sentido de sustentar um novo *apartheid* –

instituindo formalmente a segregação racial –, o que ainda veio dificultar mais uma reavaliação internacional de um regime já de si banido, agravando o seu isolamento e as pressões quer dos combatentes pela liberdade nacionais quer de organizações estrangeiras.

2. *Exercício Alcora*: Uma estratégia simbiótica

Para evitar que a África do Sul caísse sob influência comunista e numa tentativa de eliminar o seu braço armado em África – os movimentos nacionalistas africanos –, a África do Sul, Portugal e a Rodésia conceberam e assinaram uma aliança político-militar com o nome de código *Exercício Alcora*. Identificando desta forma o inimigo – combatentes pela liberdade apoiados por países comunistas –,³⁶ e etiquetando como terroristas e comunistas todos os africanos que defendiam a independência dos seus países do domínio branco, desta aliança pode-se dizer ter sido a configuração militar de um projeto político sul-africano³⁷ para defender e manter uma África Austral branca a todo o custo, dada a magnitude da onda anticolonial que descia do norte do continente nos anos 60. Como expresso no *Plano de Defesa da África Austral*, os principais objetivos desta aliança consistiam em investigar processos e meios para a realização de um esforço tripartido entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia para o combate à ameaça comum aos seus territórios na África Austral, tendo-se concluído que esta ameaça eram o comunismo e o nacionalismo africano.

Em Abril de 1968, resultado de um acordo informal entre as forças armadas portuguesas e sul-africanas, dois centros conjuntos para apoio a operações aéreas foram criados no sudeste de Angola.³⁸ E foi esta colaboração informal entre os dois países que levou a África do Sul a dar o primeiro passo para um aprofundamento da cooperação militar com Portugal, numa reunião conjunta realizada em Pretória em Março de 1970. Nesta reunião de alto nível foi feito um diagnóstico das relações militares entre os dois países, tendo a África do Sul proposto aos representantes portugueses que um plano para a defesa da África Austral fosse analisado. Sete meses mais tarde – a 14 de Outubro de 1970 – o primeiro esboço orientador das conversações tripartidas foi assinado pela África do Sul, Portugal e pela Rodésia. O documento final foi aprovado – e imediatamente assinado pelo Ministro da Defesa de Portugal – a 28 de Outubro de 1970, tendo sido confirmado no ano seguinte pelos seus homólogos sul-africano e rodesiano.

Os objetivos do *Exercício Alcora* consistiam, como foi referido, na investigação de processos e meios para rentabilizar ações coordenadas entre os três países no respeitante às ameaças comuns aos seus territórios na África Austral. No documento – assinado a 14 de Outubro de 1970 – são identificados elementos a considerar em futuras discussões, dos quais poderemos sublinhar, entre outros, o estudo da ameaça, táticas, normas de execução permanente em combate, informações, cartografia, comunicações, aquisição de equipamento e ações psicológicas. Todos os temas foram exaustivamente contemplados, reforçando a posição branca face uma cada vez maior força dos movimentos de libertação africanos. A reunião mantida em Pretória a 30 de Março de 1970 foi a primeira do Alto-Comité *Alcora* (ATLC),³⁹ na qual foram desenvolvidos os propósitos do documento inicial que estabelecia os objetivos da aliança – o âmbito e *modus operandi* –, e onde os parceiros chegaram a um acordo sobre o conceito estratégico-militar para os *Territórios Alcora*.⁴⁰ Este conceito estratégico-militar, exaustivamente estruturado e desenvolvido, compreendia: conceitos gerais, estratégia mundial e suas implicações e interdependência estratégica e ameaças aos *Territórios Alcora*. A segunda reunião do ATLC foi realizada nesse mesmo ano em Lisboa, entre 4 e 7 de Dezembro. As questões levantadas prendiam-se com: a criação da Comissão Permanente de Informações *Alcora*, o estabelecimento de uma Força Aérea de Intervenção *Alcora*, a aprovação das políticas de transmissão respeitantes a comunicações táticas e fixas e compatibilidade de equipamentos, aprovação de orientações para a integração de tropas, definição de uma estratégia geral para a África Austral, e custos financeiros das operações. Dois anos mais tarde – entre 13 e 15 de Junho de 1972 – realizou-se, uma vez mais em Pretória, a terceira reunião do ATLC, tendo a delegação portuguesa considerado necessária a implementação de uma estratégia global. Em discussão nesta terceira reunião estavam: o estabelecimento de um sistema de comunicações entre os países – quer interterritorial quer comunicações de campanha e sistema criptográfico –, a cobertura cartográfica dos distritos moçambicanos de Tete⁴¹ e Niassa, e uma doutrina comum de comando e controlo. Em Novembro de 1972 realiza-se a quarta reunião do ATLC, de novo em Lisboa, e o projeto para conceito militar foi finalmente aprovado. Levando em consideração a política militar

dos *Territórios Alcora*, assegurar a segurança individual de cada um dos parceiros foi proposto como objetivo estratégico primordial. A quinta reunião ATLC teve lugar em Pretória, entre 18 e 23 de Junho de 1973. Foi discutido o futuro Quartel-General combinado da Comissão Permanente de Planeamento *Alcora* (PAPO),⁴² para o qual a África do Sul disponibilizou de imediato instalações. Este organismo constituiria o feito maior da aliança, o fim de um percurso que teve início formal em Março de 1970 mas que informalmente vinha de muito mais longe. A sexta reunião ATLC seria realizada pela primeira vez em Salisbúria, em finais de 1973, na qual o Major-General Clifton foi apresentado pela África do Sul como o primeiro Diretor-Geral da PAPO. O *Exercício Alcora* era então composto pelo Alto-Comité *Alcora* (ATLC), a Comissão Consultiva para a Segurança das Comunicações *Alcora*, a Comissão de Cartografia e Topografia, e a Comissão Permanente de Planeamento *Alcora* (PAPO). Esta última compreendia, por sua vez, quatro divisões – Operações, Informação, Logística e Comunicações, e Guerra Eletrónica –, e possuía um oficial coordenador, uma secretária, um oficial de transmissões criptográficas e um oficial de segurança. Nesta reunião ficou decidido que a seguinte – a sétima – seria realizada em Lisboa em Junho de 1974.

Esta sétima reunião veio a ser realizada, mas não em Lisboa. Os parceiros *Alcora* – representantes portugueses inclusos – reuniram em Pretória, na África do Sul, pois em Portugal um golpe de estado tinha derrubado a 25 de Abril o regime responsável por essa aliança. A ditadura fascista tinha finalmente chegado ao fim em Portugal, e com ela tinham caído as pretensões oficiais portuguesas sobre as suas colónias em África. Daqui por diante, tudo o que a África do Sul e a Rodésia poderiam esperar de Portugal para o seu projeto político para a África Austral seriam colaborações portuguesas não oficiais.

3. Implicações: Despojos de projetos políticos conflitantes

O *Exercício Alcora* foi, de facto, uma aliança que veio comprovar – numa época que tinha a Guerra Fria como pano de fundo – que dois projetos políticos se encontravam em confronto na África Austral, e que grande parte das tropas envolvidas nesta disputa, quer lutando pela libertação quer pelo reforço do controlo minoritário branco – dependendo do lado por que lutavam –, viriam mais tarde a ser transferidas para outros cenários e integradas em outros conflitos.⁴³ Ao mesmo tempo em que a vaga de libertação crescia em África outros movimentos de libertação começaram a ver a luz do dia – e a envolver-se na luta na sua região sul –, como foi o caso da ZANU e da ZAPU na Rodésia, da SWAPO no Sudoeste Africano, do MPLA, FNLA e UNITA em Angola e da FRELIMO em Moçambique.

Pouco tempo após o início da guerra nas ex-colónias portuguesas – em 1961 – as tropas de Portugal começaram a entrar rapidamente em situação de desgaste e rutura, exauridas e vulneráveis, e os materiais que utilizavam, sujeitos a utilização intensiva, obsoletos a cada novo dia. Como consequência desta situação, Portugal reforçaria o recrutamento local para as suas Forças Armadas em meados dos anos 60.⁴⁴ O recurso a tropas locais – e em especial a tropas negras –, acabaria também por facilitar ações de infiltração, especialmente pela incorporação nas forças portuguesas de elementos dissidentes de movimentos independentistas. Sempre existiram nativos entre os conscritos coloniais do Exército Português, e a tradição continuou e foi reforçada pelas fragilidades portuguesas. Seriam, mais tarde, em grande medida esses soldados que iriam capturar as agendas nacionalistas dos anos 60.⁴⁵ Porém, a sua presença começou a fazer-se sentir verdadeiramente em meados dos anos 60, quando Portugal estava já esgotado de homens para recrutar. Correia (2007) refere-nos ainda que os portugueses criaram em 1968, no leste de Angola, Grupos Especiais que compreendiam antigos insurgentes capturados pelo Exército Português, e que haviam decidido “mudar de lado”. Em Angola, os portugueses usaram também os Katangueses – também chamados de “Fiéis” –,⁴⁶ que procuravam refúgio do Congo. Não era fora do comum encontrar soldados que haviam mudado de lado, tais como o Quinto Comando das Forças de Defesa da África do Sul⁴⁷, que compreendia cerca de 500 ou 600 antigos membros do Exército Português em Moçambique, ou o Batalhão Especial – *Batalhão Búfalo* –, no qual 1,600 ou 1,800 antigos membros das guerrilhas da FNLA, desmoralizados, foram integrados, em última análise ascendendo a um número de cerca de 9,000 tropas que criaram uma reputação temível pelas suas pseudo-operações: alguns deles eram membros indígenas lutando pelo projeto branco, fazendo-se passar por guerrilheiros da SWAPO.⁴⁸

Nas antigas colónias portuguesas de Angola e Moçambique muitos dos que integraram as milícias brancas, o exército colonial ou as forças de segurança portuguesas – tal como a malfadada PIDE –⁴⁹ iriam posteriormente envolver-se com movimentos nacionalistas brancos após as independências, numa tentativa de reganhar a situação e de voltar a colocar a causa “branca” numa posição de controlo dos territórios. E isto verificou-se porque Angola e Moçambique eram colónias de ocupação com milhares de portugueses – e descendentes de portugueses – a serem mobilizados localmente para as Forças Armadas Portuguesas, dada a escassez de homens na metrópole. Samora Machel, numa entrevista que deu, colocou sem rodeios a questão: “Quando é que as nações europeias irão parar de apoiar os bandidos armados?”⁵⁰ Para depois afirmar veementemente que “Esses bandidos armados são a escória do processo colonial português! A escória da PIDE!”.⁵¹ Poderemos então inferir com escassa margem para erros que parte da violência descrita como agitação civil e guerras civis tem as suas origens enraizadas na militarização das populações locais⁵² que o *Exercício Alcora* trouxe consigo, e na conseqüente africanização das tropas.

Aparte a crescente militarização das populações locais, estes processos levaram igualmente à criação de elites negras em Angola e Moçambique e de senhores da guerra. E aconteceu que após as independências destes países estas elites locais, juntamente com milhares de tropas especiais africanas altamente treinadas, foram deixadas para trás nestes países recém-independentes e sem quaisquer capacidades de os absorverem no seu tecido social. Isto, inevitavelmente, viria a pressionar a guerra pela disputa do poder. Como defende Coelho (2003), a militarização destas sociedades durante todos os anos nos quais tiveram de lidar com as guerras coloniais e pela independência deixaram-nas com um gigantesco potencial de violência inerente. E esta violência ordenada – organizada e induzida “de cima” – depende do grau de militarização das sociedades. Do lado português, as dificuldades sentidas em enviar tropas da metrópole para os teatros de operações em África conduziu a um recrutamento local que desenraizou populações dos seus territórios, gerou tensões internas, e preparou o terreno para um novo tipo de violência. Este facto conduziu igualmente à militarização de grande parte da população branca nesses locais, o que viria a deixar posteriormente para trás milhares de brancos que não queriam abandonar o continente africano. Esta militarização extrema das forças africanas – com angolanos e moçambicanos descendentes de portugueses – deixaria nesses países pós-independência um enorme potencial de violência que iria alimentar os conflitos pós-coloniais e, também, servir de base a partidos nacionalistas africanos⁵³ e a manobras e movimentos de africanos brancos.⁵⁴

Do *Exercício Alcora* constavam inúmeras estratégias e planos, tendo os seus mentores recorrido igualmente ao suporte direto de vários líderes de movimentos independentistas africanos, que estavam mais que disponíveis para aceitar apoios ocidentais por forma a reforçar as suas posições e influência, e conseqüentemente a construir as suas máquinas de guerra.⁵⁵ Naturalmente que isto criou tensões e disputas internas pelo poder entre os líderes de movimentos independentistas de um mesmo país. Numa versão de dividir para reinar, os cérebros por trás do projeto de uma África Austral branca forneceram a alguns líderes africanos, muito antes das independências dos seus países, as armas com as quais se aniquilariam durante anos e durante muito tempo após as independências. Estas disputas pelo poder no seio destes movimentos deverão ser analisadas à luz da substituição radical dos Estados que resultou do fim dos processos coloniais, e das substituições de Estados altamente autoritários por Estados aparentemente fortes mas de uma fragilidade extrema.⁵⁶

Com o Golpe de Estado em Portugal, em 1974 – e subseqüentes conversações mantidas pelas novas autoridades políticas portuguesas e os líderes independentistas dos seus ex-territórios africanos, com vista à transição de poderes –, a aliança branca iria sofrer um rude golpe. Angola e Moçambique em breve se tornariam Estados independentes, nos quais os combatentes pela liberdade da Rodésia (ZANU), Sudoeste Africano (SWAPO) e da África do Sul (ANC) poderiam encontrar refúgio, o que dificultaria a manutenção aos países controlados por uma minoria branca dos seus projetos políticos.⁵⁷

Em finais dos anos 60 as guerrilhas da ZAPU cooperavam já profusamente com as do ANC na Rodésia⁵⁸ e, de facto, esta cooperação entre países libertos e movimentos de luta pela independência em países vizinhos começava lentamente a produzir os seus resultados na era pós-*detente* – após 1974 –, quando a ZAPU se concentrava no treino de guerrilhas, maioritariamente na Tanzânia, Zâmbia e Angola.⁵⁹ Fortaleceram-se laços de cooperação entre combatentes pela liberdade de várias nacionalidades, mas isto não fez esmorecer

as pretensões rodesianas e sul-africanas com vista a segurar as suas posições levando, ao invés, a uma escalada de agressões entre esses regimes brancos e as antigas colónias portuguesas. Isto significa que Angola e Moçambique emergiram como nações livres num contexto regional extremamente hostil que, combinado com a africanização de tropas que os esforços de guerra portugueses haviam deixado para trás – e muitos brancos, e descendentes destes, que se recusavam a abandonar África –, conduziu à continuação dos esforços destas duas jovens nações com vista à segurança, o que resultou apenas em mais violência.

Apesar da pressão sul-africana sobre os países vizinhos já vir bem de trás,⁶⁰ sementes tinham definitivamente sido plantadas com o *Exercício Alcora* que resistiram à retirada de Portugal – e consequentes independências de Angola e Moçambique –, e durante muito tempo as consequências dessa aliança permaneceram um desafio aos ventos de mudança que sopravam sobre África, como esporos mortíferos de um projeto político moribundo.

4. Conclusões

Quando se fala da agitação civil que sucedeu às independências na África Austral, de que é que se está realmente a falar? Terão existido outras guerras enterradas fundo naquelas que se conhece? Considerando o princípio de Carl von Clausewitz (1997) de que a guerra é uma continuação da política por outros meios, após a libertação desses países do domínio colonial quais foram os projetos políticos em causa que tinham de ser defendidos por recurso a tanta violência? O recém-descoberto *Exercício Alcora* pode ser uma importante pista quando pensamos nestas questões.

Muito se espera venha ainda a ser descoberto nos arquivos que toque direta ou indiretamente o Exercício Alcora.⁶¹ No entanto, dado o que já é conhecido podemos argumentar que esses conflitos não eram de todo tão simples como durante décadas pensámos terem sido. Não foram apenas resultado de uma luta pelo poder e pelo controlo dos meios de produção. Não foram apenas um conflito financiado pelo ocidente para ganhar o acesso e controlo das riquezas dos territórios. Não foram apenas o cenário de uma versão quente da Guerra Fria. Foram também resultado de algo que esteve, até muito recentemente, enterrado em arquivos e relatórios secretos: o nascimento de um projeto político branco para a África Austral. O desejo sentido por alguns europeus de tentarem fazer em África o que outros europeus tinham conseguido fazer nas Américas: controlar o poder político.

5. Bibliografia

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.

Antze, Paul e Lambek, Michael (1996), Preface. In Antze, Paul e Lambek, Michael (Ed.), *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory* (pp. vii-ix). New York: Routledge.

Barroso, Luís Machado (2009), *Salazar e Ian Smith: O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Birmingham, David (2006), *Empire in Africa: Angola and its Neighbors*. Athens: Ohio University Press.

Caetano, Marcelo (s.d.), *O 25 de Abril e o Ultramar: Três Entrevistas e Alguns Documentos*. Editorial Verbo: Lisboa e São Paulo.

Clausewitz, Carl Von (1997), *On War*. Hertfordshire: Wordsworth Editions Ltd.

Coelho, João Paulo Borges (2003), Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas, *Lusotopie*, 175-193.

Correia, Paulo (2007), *Political Relations between Portugal and South Africa from the End of the Second World War until 1974*. Johannesburg: University of Johannesburg (Tese de Doutoramento).

- Covane, Luís António (1989), *As Relações Económicas entre Moçambique e a África do Sul*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Daniel, John (2009), Racism, the Cold War and South Africa's regional security strategies 1948-1990. In Onslow, Sue (Ed.) *Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation*. London e New York: Routledge.
- Davies, Robert (1989), The SADF's covert war against Mozambique. In Cock. J. e Nathan, L. (Ed.), *War and Society. The Militarization of South Africa* (pp. 103-115). Cape Town and Johannesburg: David Philip.
- Dugard, John (1976), *The South West Africa/Namibia Dispute: Documents and Scholarly Writings on the Controversy Between South Africa and the United Nations*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Ellert, H. (1993), *The Rhodesian Front War: Counter-Insurgency and Guerrilla War in Rhodesia. 1962-1980*. Gweru: Mambo Press.
- Guardiola, Nicole (2009), A Herança Secreta do Apartheid, Rodésia e Portugal, *África 21*, Junho, pp. 16-25.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção.
- Machava, Benedito (2011), The State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975-1983), *Journal of Southern African Studies*, 37:3, 593-609.
- Mangold, Tom e Goldberg, Jeff (1999), *Plague Wars: The Terrifying Reality of Biological Warfare*. New York: St. Martin's Press.
- Meredith, Martin (2007), *Diamonds, Gold and War: The Making of South Africa*. London, Sydney, New York and Toronto: Pocket Books.
- Nogueira, Franco (2000), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Civilização.
- Onslow, Sue (2009), Introduction. In Onslow, Sue (Ed.) *Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation* (pp. 1-8). London e New York: Routledge.
- Shubin, Vladimir (2008), *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. London e Scottsville: Pluto Press e University of KwaZulu-Natal Press.
- Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o Ocaso do 'Império': Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ventura, Maria Isabel Pinto (Ed.) (1974), *Textos e Documentos do MPLA sobre a Revolução Angolana*. Lisboa: Edições Maria da Fonte.

¹ Também conhecido como *Operação Alcora* ou *Aliança Alcora*.

² Com as suas colónias de Angola a Moçambique.

³ Tomando-o como uma janela para investigar e (re)interpretar o impacto das decisões políticas dos Estados “brancos” tomadas na tentativa de derrotar movimentos de libertação africanos.

⁴ Para uma perspetiva mais aprofundada ver Shubin (2008).

⁵ Ver *Plano de Defesa da África Austral, 1970* (Arquivo Histórico Militar – PT/AHM/Fundo 7/B/Série 44/Cx. 370/Nr. 1, Março de 1970, p. 3).

⁶ Magnata britânico da exploração mineira na África do Sul, que mais tarde viria a fundar a Rodésia (que tomou o seu nome).

⁷ No que concerne às minas de diamantes e ouro na África do Sul, é de fazer aqui um parêntesis para referir que a África do Sul não tinha em si mesma força de trabalho suficiente para as explorar, tendo desde muito cedo (1900) tido de contar com trabalhadores vindos de Moçambique e da Rodésia. Para uma análise das relações de cooperação mais antigas entre Moçambique e a África do Sul ver Covane, 1989.

⁸ Ver Mangold et al., 1999.

⁹ Estes conflitos internos agravaram-se após a criação do Congresso Nacional Africano (ANC) em 1923, a partir do remanescente do Congresso Nacional dos Nativos da África do Sul (SANNC). A 16 de Dezembro de 1961 o Umkhonto We Sizwe (“Lança da Nação”) – braço armado do ANC – lançaria os seus primeiros ataques de guerrilha contra

instalações governamentais, sendo a partir de então considerado pelas autoridades sul-africanas como uma organização terrorista.

¹⁰ Truth and Reconciliation Commission, *Final Report*, 2 (1989. Pretoria: Government Printer), referido em Daniel, 2009.

¹¹ Líder do MPLA (Movimento Para a Libertação de Angola) em Angola.

¹² Atual Namíbia.

¹³ Ver Ventura (ed.), 1974, pp. 40.

¹⁴ Citado em Dugard, 1976, pp. 517.

¹⁵ Ver Mangold et al., 1999, e Martinez, 2002.

¹⁶ Para as suas colónias africanas, e em especial para Angola e Moçambique, Portugal enviou milhares de homens e mulheres portugueses que não conseguia integrar na sua débil economia metropolitana, tornando estes dois países densamente povoados por uma população branca, armada, e mais predisposta a uma reação forte contra as independências “negras”. Em 1970 estima-se que Angola e Moçambique repartissem entre si uma população de meio milhão de portugueses (cerca de 400 mil em Angola e de 120 a 160 mil em Moçambique).

¹⁷ Tanto mais que em 1960 catorze ex-colónias europeias em África tomaram lugar nas Nações Unidas como Estados independentes.

¹⁸ António de Oliveira Salazar – Presidente do Conselho de Ministros durante o regime denominado de *Estado Novo* em Portugal. Este regime, que teve início em 1933, caracterizava-se fundamentalmente por ser extremamente autoritário e corporativista, tendo no Presidente do Conselho de Ministros o seu líder supremo. Era um regime fascista e colonial, no qual a presença da Polícia Política (PIDE) podia ser sentida em toda a parte.

¹⁹ Ver Nogueira, 2000, pp. 141-142.

²⁰ Para uma discussão mais alargada ver Afonso et al., 2010.

²¹ Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

²² Em finais dos anos 60 Portugal tinha, logo a seguir a Israel, a maior percentagem de homens em armas do mundo.

²³ A sobrevivência do regime estando intimamente ligada à manutenção das suas colónias em África.

²⁴ Designação dada às colónias por forma a fazê-las cair fora do âmbito das determinações e sanções das Nações Unidas sobre a manutenção de colónias.

²⁵ Defendia essa posição antes de vir a substituir Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, o que levou muitos a considerarem-nos mais moderado. Porém, em exílio no Brasil após a revolução de 25 de Abril de 1974, deu uma entrevista afirmando, uma vez mais, que as suas posições favoreciam a autonomia progressiva das colónias. Ver Caetano, s.d., pp. 25.

²⁶ Com a Rodésia na fronteira Rodésia/Moçambique e com a África do Sul na fronteira Angola/Sudoeste Africano. Os sul-africanos continuariam as suas operações no sul de Angola após a independência deste país e até 1989, no que ficou conhecido como *guerras de fronteira*, ou *guerras do mato* em Angola, opondo as tropas sul-africanas aliadas com a UNITA ao MPLA aliado à SWAPO (Sudoeste Africano) e com apoio cubano.

²⁷ Ver Afonso et al., 2010 e Souto, 2007).

²⁸ Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/Fundo 7/Série 44/Cx. 370/Nr. 1, Março de 1970.

²⁹ Ver Shubin, 2008 e Souto, 2007.

³⁰ Ano em que tiveram lugar atos de violência urbana e rural sem precedentes e apenas comparáveis com os levantamentos da década de 1890.

³¹ Aqui emergem como líderes nacionalistas Robert Mugabe, Joshua Nkomo e Ndabaningi Sithole.

³² Ver Ellert, 1993.

³³ Também com Leopold Takawira, Herbert Chitepo, Robert Mugabe e Nathan Shamuyarira, quando sentem que a ZAPU estava a perder o rumo.

³⁴ Citado em Ellert, 1993, pp. 3.

³⁵ Ver Barroso, 2009, pp. 117.

³⁶ Em 1970 a África do Sul dá-se conta de que os movimentos nacionalistas estão a crescer em força e organização, coordenando ações conjuntas entre eles, sob os auspícios da Organização da Unidade Africana e de inspiração soviética, e alerta sobre isso mesmo os seus aliados na região: Portugal e Rodésia. Ver *Plano de Defesa da África Austral, 1970* (Arquivo Histórico Militar – PT/AHM/Fundo 7/B/Série 44/Cx. 370/Nr. 1, Março de 1970).

³⁷ Para uma análise mais aprofundada dos primórdios deste projeto ver Meredith, 2007.

³⁸ No Cuíto-Cuanavale e em Gago Coutinho.

³⁹ *Alcora* Top Level Committee, no original.

⁴⁰ Denominou-se de *Territórios Alcora* a região da África Austral hoje compreendida pela África do Sul, Namíbia, Moçambique, Zimbabwe e Angola. Ver Guardiola, 2009, pp. 16.

⁴¹ *Operation Junction*, no original.

⁴² Permanent *Alcora* Planning Organization, no original.

⁴³ Em Moçambique para o MNR, e em Angola para a UNITA e FNLA.

⁴⁴ O que já vinha fazendo desde o início do conflito em 1961, embora em muito menos escala.

⁴⁵ Mesmo em finais do século XIX e inícios do XX muitos foram os conscritos coloniais negros nos exércitos imperiais brancos. Para uma discussão mais alargada ver Birmingham, 2006, pp. viii.

⁴⁶ Tropas congolosas da região do Katanga, no Congo-Kinshasa.

⁴⁷ Também conhecido por *5 Recce*.

⁴⁸ Ver Daniel, 2009, pp. 43.

⁴⁹ Polícia política do Estado Novo, que nas colónias portuguesas em África era todo-poderosa.

⁵⁰ *Samora Machel Son of Africa* (1989) – Documentário de Ron Hallis.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² Brancas, negras e mestiças.

⁵³ Em Moçambique, para dar um exemplo, a FRELIMO (o movimento que combateu a dominação colonial portuguesa e que tomou o controlo do país pós-independência, em 1975) deu início a uma política mais radical, com uma crescente militarização do aparelho de Estado. Ver Machava, 2011.

⁵⁴ Ver Jardim, 1976.

⁵⁵ Em resultado de conflitos internos no seio dos próprios movimentos independentistas alguns membros abandonariam em conflito com os líderes e procederiam no sentido da criação dos seus próprios movimentos. Depois, em desvantagem face aos movimentos a que anteriormente pertenciam, aceitavam ajuda dos portugueses. Um exemplo foi Jonas Savimbi (líder da UNITA em Angola), que aceitou ajuda portuguesa no combate ao MPLA de Agostinho Neto. Também aqui germinavam as sementes dos conflitos pós-coloniais.

⁵⁶ Ver Coelho, 2003.

⁵⁷ Ver Machava, 2011.

⁵⁸ Ver Ellert, 1993, pp. 13.

⁵⁹ *Ibid.*, pp. 11.

⁶⁰ Com Moçambique já desde o século XIX. Ver Covane, 1989.

⁶¹ Porque à época Portugal era membro da OTAN e as implicações desta aliança eram contra as suas doutrinas.